

JUDICIÁRIO

Mesmo em recesso, ministros da Corte trabalham em ritmo acelerado, julgando casos espinhosos, de olho no calendário eleitoral

Supremo ativa modo turbo

» LUANA PATRIOLINO

Felipe Sampaio/STF



Seis dos 11 ministros do STF continuam trabalhando normalmente, apesar da pausa desde 2 de julho

Mesmo de recesso, o Supremo Tribunal Federal (STF) seguiu no centro das discussões mais importantes da política brasileira. Somente no primeiro semestre, a Corte avançou na ação penal que investiga a tentativa de golpe de Estado e concluiu o julgamento sobre a responsabilização das redes sociais, além de impor medidas cautelares ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — por suposta atuação contra o Judiciário brasileiro com o filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

O ministro Alexandre de Moraes ordenou que Bolsonaro seja obrigado a usar tornozeleira eletrônica, além de proibir o acesso às redes sociais. Como retaliação, os Estados Unidos suspenderam os vistos de sete integrantes da Suprema Corte.

O caso despertou reações no Brasil. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, publicou uma nota em defesa do STF. Ele diz que são “injustificáveis” quaisquer tentativas de interferência política — nacionais ou internacionais — sobre o funcionamento do Supremo. O PT e partidos ligados da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva também se posicionaram. As legendas publicaram um manifesto expressando “indignação” com as sanções do presidente Donald Trump.

O STF iniciou a pausa das sessões plenárias em 2 de julho, com volta prevista para 1º de agosto. O plantão do mês foi dividido entre o vice-presidente, ministro Edson Fachin, que respondeu pela Presidência da Corte entre 2 e 16 de julho, e o presidente, ministro Luís Roberto Barroso, que reassumiu os trabalhos desde o dia 17. Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Alexandre de

Moraes, Nunes Marques e André Mendonça trabalham normalmente durante as férias de julho.

O ministro Luiz Fux tirou férias e era o único que não havia votado no julgamento extraordinário da decisão de Moraes que fixou tornozeleira em Bolsonaro. No dia da decisão, na sexta-feira, a Corte formou maioria apoiando os dois mandatos de busca na residência do ex-presidente. Na segunda-feira, Fux registrou o único voto contrário à tornozeleira eletrônica na Primeira Turma, em um contraponto ao ministro Alexandre de Moraes.

Durante o recesso, o STF atuou em outra controvérsia: o decreto do governo federal relativo ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O ministro Alexandre de Moraes autorizou a cobrança das novas alíquotas com efeito retroativo, à exceção da cobrança sobre o risco sacado — que o magistrado afastou.

Trama golpista

Os integrantes da Corte também seguiram julgando os réus pelos ataques de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram na depredação dos prédios dos Três Poderes. A maior parte da atenção do STF continuou voltada para a trama golpista. Nesse primeiro semestre, a Primeira Turma tornou 31 denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em réus, conduziu depoimentos, interrogatórios, acareações e, agora, se prepara para mais uma etapa.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, encerrou a fase de instrução processual e determinou a abertura das alegações finais do chamado “núcleo 1”. Com o andamento, a expectativa é que o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro ocorra entre agosto e setembro. O cálculo considera os prazos para apresentação das últimas considerações do Procurador-Geral da República,

Paulo Gonet, e investigados.

A corrida contra o tempo do Supremo é para evitar a contaminação das eleições de 2026. Após as alegações das partes envolvidas, Moraes deve solicitar que a ação penal seja incluída na pauta de julgamentos da Primeira Turma. Caberá ao presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, marcar a data para análise da acusação. Os magistrados deverão decidir pela condenação ou absolvição dos acusados.

Neste mês, a PGR apresentou suas alegações finais sobre a tentativa de golpe de Estado. A Procuradoria aponta que Bolsonaro foi o líder da organização criminosa, o maior articulador e o principal beneficiário da trama golpista. Paulo Gonet impunitou a ele cinco crimes. Caso a Primeira Turma do Supremo decida aplicar as penas máximas, a condenação pode render até 43 anos de prisão.

Faltando pouco para o recesso, os integrantes do Supremo decidiram

Balanco Judiciário

Confira os principais assuntos abordados no primeiro semestre do ano

- » **Trama golpista** — A Primeira Turma do STF tornou 31 denunciados em réus por tentativa de golpe de Estado.
- » **Big techs** — O Supremo decidiu responsabilizar as redes sociais por conteúdos ofensivos publicados por seus usuários.
- » **Conciliação do Marco Temporal** — STF encerrou as reuniões sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas.
- » **Emendas parlamentares** —

Especialistas, representantes do governo e entidades voltadas à transparência e ao controle dos gastos públicos debateram no STF sobre as emendas.

» **Caso Zambelli** — A deputada foi incluída na lista de difusão vermelha da Interpol por fugir do país após condenação pelo STF.

» **Abin paralela** — A PF concluiu o inquérito que investiga se a Agência foi usada de forma ilegal pelo governo Bolsonaro.

» **Tornozeleira** — Ex-presidente foi obrigado a usar tornozeleira eletrônica e a cumprir outras medidas cautelares.

ampliar responsabilidades das big techs no Brasil. Eles entenderam que o artigo 19 do Marco Civil da Internet é parcialmente inconstitucional, pois há omissão na proteção de direitos fundamentais da pessoa humana. Uma das principais mudanças é que as redes deverão levar em conta a notificação extrajudicial para remover um conteúdo irregular.

Outro destaque do primeiro semestre foi a condenação e o pedido de extradição da deputada Carla Zambelli. Ela foi condenada por invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com pena de 10 anos de prisão, além da cassação, inelegibilidade e pagamento de multa de R\$ 2 milhões. No entanto, a parlamentar fugiu para a Itália. O Brasil solicitou a extradição da bolsonarista.

Em abril, o STF também condenou o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello a 8 anos e 10 meses por corrupção e

lavagem de dinheiro. Ele ganhou o direito de cumprir pena em casa em razão das comorbidades relacionadas à idade avançada (75 anos).

Em junho, o STF realizou a última reunião da comissão de conciliação convocada pelo ministro Gilmar Mendes sobre o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas, após nove meses de trabalho. Os integrantes elaboraram um anteprojeto que será enviado ao Congresso para alteração na Lei 14.701 de 2023, norma que, apesar de tratar direitos dos povos indígenas, inseriu o marco temporal para as demarcações.

O recesso do Judiciário não impactou a data final para recebimento das alegações finais dos envolvidos na ação penal da tentativa de golpe de Estado. Os prazos não foram suspensos durante porque há um réu preso, o general Walter Braga Netto, motivo pelo qual a contagem a partir da intimação de cada investigado deve seguir normalmente.



SUMMIT

IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafios e soluções

SAVE THE DATE
19 de agosto de 2025

Centro de Convenções
Ulysses Guimarães

Em parceria com:

CORREIO BRAZILIENSE

www.CORREIO BRAZILIENSE.com.br